

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de
Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



A NOÇÃO DE PROGRESSO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

Leonardo Dias Nunes

A NOÇÃO DE PROGRESSO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK¹
THE NOTION OF PROGRESS OF JUSCELINO KUBITSCHKEK

Leonardo Dias Nunes²

RESUMO

O objetivo deste artigo é reconstituir a noção de progresso utilizada por Juscelino Kubitschek nos seus *Discursos*, nas *Mensagens ao Congresso Nacional* e na sua autobiografia *Meu caminho para Brasília*. Destaca-se que esta noção expressava a busca pela consolidação do padrão de vida resultante das transformações econômicas e sociais decorrentes da II Revolução Industrial. Justifica-se sua realização devido à relevância destas transformações na sociedade brasileira durante o período transcorrido entre os anos de 1956 e 1961. Para tanto, o artigo foi dividido em três seções, quais sejam, *Introdução*, *Os meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso* e *Considerações finais*. A segunda seção foi dividida em seis subseções para apresentar as diferentes relações realizadas por Juscelino Kubitschek em torno do uso da noção de progresso, quais sejam, a) progresso médico sanitário, b) progresso educacional, c) progresso técnico-científico, d) progresso econômico, e) progresso industrial e f) progresso regional. Nas considerações finais, foram realçados os objetivos de Juscelino Kubitschek – internalizar os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial – como sendo a expressão do momento em que existiam expectativas positivas sobre o futuro.

Palavras-chave: Progresso – Planejamento – Desenvolvimento – Brasil – Juscelino Kubitschek.

ABSTRACT

The aim of this paper is to reconstitute the notion of progress used by Juscelino Kubitschek in his *Speeches*, *Messages to the National Congress* and his autobiography *Meu caminho para Brasília*. It is highlighted that the use of this notion expresses a search for the economic and social transformations arising from the second industrial revolution. The realization of this paper is justified due to the structural transformations occurred during the second half of the 1950s, and to accomplish its objectives it was divided into three sections, *Introduction*, *The means to achieve the general objectives of progress* and *Final Remarks*. The second section was divided into six parts with the aim of presenting the different relations realized by Juscelino

¹ Este artigo faz parte dos resultados da tese de doutorado do autor.

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas.

Kubitschek around the use of the notion of progress. These relations are *a)* medical-sanitary, *b)* educational progress, *c)* technical and scientific progress, *d)* economic progress, *e)* industrial progress, and *f)* regional progress. In the final remarks, it was highlighted Juscelino Kubitschek's objectives as an expression of a historical moment in which there were positive expectations about the future.

Keywords: Progress – Planning – Development – Brazil – Juscelino Kubitschek.

Introdução

O objetivo deste artigo é reconstituir o uso da noção de progresso utilizada por Juscelino Kubitschek nos seus *Discursos*, nas *Mensagens ao Congresso Nacional* e na sua autobiografia *Meu caminho para Brasília*. Destaca-se que o uso desta noção por Juscelino expressava os seus objetivos de consolidar, no Brasil, o padrão de vida resultante das transformações econômicas e sociais decorrentes da II Revolução Industrial. O presidente também afirmava que este era o padrão de vida da civilização Ocidental que deveria ser alcançado para a sociedade brasileira.

Sabe-se que a ideia de progresso é antiga e que muito se metamorfoseou. Exemplos da apreensão destas metamorfoses são observados em Nisbet (1985) e Dupas (2007), caracterizados como trabalhos possuidores de alta generalização para a apreensão de uma ideia secular existência. Entretanto, Skinner (2000) argumenta que, ao recorrer a esta prática generalizante, o historiador corre o risco de escrever mitologias ao invés de história. Por isso, sugeria que o historiador do pensamento que focasse sua análise no uso de determinado conceito em locais e períodos definidos para que houvesse maior precisão na reconstrução da história do pensamento.

Este artigo parte das orientações de Skinner, mas também leva em consideração uma interpretação generalizante da ideia de progresso, pois de acordo com Koselleck (2006), a ideia de progresso é entendida enquanto uma síntese dos tempos modernos, momento no qual sempre se esperava um futuro mais promissor.

Koselleck apresenta esta esperança através da tensão entre os conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, sintetizadores de um período histórico cuja característica principal era a existência de expectativas positivas em relação ao futuro. Na modernidade, os horizontes de expectativas se apresentavam diferentes e qualitativamente melhores que um determinado espaço de experiência.

O conhecimento das reflexões de Koselleck sobre o tempo histórico da modernidade torna-se ainda mais relevante em uma conjuntura em que é afirmada a existência de uma crise da ideia de progresso, como argumentam muitos autores contemporâneos, dentre

eles Hobsbawm (1995), Wallerstein (1994), Arantes (2014), Mariutti (2018a, 2018b, 2019). Logo, por um lado, a crise da ideia de progresso pode ser entendida como uma transformação estrutural na compreensão do tempo histórico da modernidade. Por outro, esta transformação apresenta-se como um outro desafio colocado ao historiador para que ele não incorra no anacronismo.

Realiza-se essa contextualização para mostrar que, ao reconstituir a noção de progresso utilizada por Juscelino Kubitschek, reconstitui-se também o momento da história do Brasil em que existiam expectativas positivas de superação do subdesenvolvimento e de internalização dos avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial, assim como lê-se em Lessa (1981), Lafer (2002) e Mello e Novais (2009). Por outro lado, após reconstituir e compreender o uso da noção de progresso de Juscelino Kubitschek, observa-se também os obstáculos existentes para a transformação de uma sociedade subdesenvolvida.

Para atingir os objetivos deste artigo, a seção *Os meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso* foi subdividida em seis partes na quais foram apresentados os usos da noção de progresso por Juscelino. Tais usos relacionam-se com o progresso médico-sanitário, educacional, técnico-científico, econômico, industrial e regional.

Os meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso

Nesta parte do artigo, elencam-se as transformações específicas que deveriam ser levadas à cabo na sociedade brasileira para que ocorresse o progresso. Assim, de acordo com Juscelino, havia a necessidade de que ocorressem transformações médico-sanitárias, educacionais, científicas, econômicas, industriais e regionais. A seguir, cada um destes temas será discorrido de acordo com as evidências observadas nos documentos publicados pelo presidente.

O progresso médico-sanitário

No artigo *“O Brasil não é só doença”*: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek, Gilberto Hochman contextualiza como Juscelino interpretava o cenário médico-sanitário do Brasil e como se diferenciava das interpretações vigentes no país nas décadas de

1910 e 1920. No início do século XX, médicos, sanitaristas e intelectuais entendiam que havia a possibilidade de reabilitar o país através de um programa de saúde pública. Exemplo disso é a frase “o Brasil é um imenso hospital”, dita por Miguel Pereira em 1916 e transformada na bandeira da *Liga Pró-Saneamento do Brasil*³ (Hochman, 2009, p. 314).

Em meados da década de 1950, havia passado mais de trinta anos do surgimento da Liga Pró-Saneamento e vivia-se um período caracterizado pelo otimismo sanitário ocorrido durante os anos posteriores à II Guerra Mundial. Portanto, vislumbrava-se o controle ou até mesmo a erradicação das doenças características do mundo subdesenvolvido (Hochman, 2009, p. 315). Por isso, ao tocar no tema da necessidade de assistência médica, em setembro de 1960, ao inaugurar o Hospital Júlia Kubitschek em Belo Horizonte, Juscelino afirmava que não havia descuidado “[...] dos problemas de saúde tanto pela minha condição de médico como por saber que não se leva adiante um programa que tem por escopo acelerar o progresso nacional, sem cuidar do homem que será o executor desse plano de ação” (Kubitschek, 1961, p. 310).

No início do século XX, a situação da saúde pública em um determinado país não era relacionada com a sua situação econômica. Por isso, Juscelino acentuava a existência de uma equivocada premissa de que “[...] sendo propiciada à população assistência médico-sanitária, semelhante à desfrutada pelos países de alto nível econômico-social, não tardaríamos a alcançar condições semelhantes de progresso” (Kubitschek, 1956, p. 183). Entretanto, esta tese tornou-se falsa com o avanço das pesquisas sobre o tema.

Sobre este assunto, o médico-sanitarista Mário Pinotti⁴, ministro da saúde de Juscelino de 1958 até 1960, ao introduzir seu livro *Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil*, argumentava à época que o “[...] desenvolvimento econômico de um país é a condição básica para a configuração dos quadros nacionais de saúde. A economia influi decisivamente no desaparecimento ou aparição de grande número de afecções e até nos níveis de produtividade humana” (Pinotti, 1959, p. 2).

Levando em consideração a argumentação apresentada por Mário Pinotti e Juscelino Kubitschek, entende-se que a luta pela criação de uma sociedade de acordo com os padrões de vida dos países que internalizaram os avanços tecnológicos oriundos da II

³ “Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento, não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública” (Setemy, [S.d.]).

⁴ Médico sanitarista que foi Ministro da Saúde de Juscelino Kubitschek entre os anos 1958 e 1960.

Revolução Industrial passava pela melhora das condições básicas de vida do brasileiro. Por isso, Juscelino, ainda enquanto candidato à presidência, no ano de 1955, lançou o *Programa de saúde pública do candidato* com os objetivos que buscava alcançar nesta área durante o seu mandato presidencial. No programa, buscava-se erradicar as seguintes enfermidades: tracoma, bouba, malária, Doença de Chagas; controlar a esquistossomose, as verminoses e a lepra; eliminar o bócio endêmico; extinguir a leishmaniose; assistir pacientes com câncer e doenças mentais; e, por fim, combater e assistir pacientes com tuberculose e poliomielite (Kubitschek, 1955, p. 53–57 apud Hochmam, 2009, p. 324).

Como pode ser observado, no Brasil, ainda era necessário construir uma infraestrutura de saneamento básico para controlar verminoses e doenças como a esquistossomose. Por isso, o presidente também se preocupava com a “[...] solução de problemas municipais, entre outros o do abastecimento d’água e o do suprimento de energia elétrica, serviços em que a União está invertendo substanciais recursos” (Kubitschek, 1958b, p. 77).

Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1957, Juscelino afirmava que 80% das sedes municipais não contavam com abastecimento de água (Kubitschek, 1957, p. 482). Por isso, havia dirigido ao Congresso nacional “[...] em junho de 1956, mensagem em que propõe a adoção de um sistema de financiamento pelo qual, dentro de poucos anos, as sedes dos municípios brasileiros contarão com esse progresso urbano” (Kubitschek, 1957, p. 482).

Neste período também já existiam no Brasil as chamadas doenças de países desenvolvidos. Eram os problemas de saúde relacionados com o progresso e que também recebiam a atenção do presidente. Por um lado, com as doenças mentais, Juscelino preocupava-se com a prestação de tratamento e assistência, e argumentava que o “[...] progresso e a industrialização rápida produzem choques emocionais capazes de desencadear crises neuróticas, geradoras de inaptações, as mais das vezes temporárias, mas que representam, pela não produtividade dos pacientes, elevada perda para a sociedade” (Kubitschek, 1958c, p. 280). Por outro lado, também já havia a preocupação com o câncer, que era o maior causador de óbitos, principalmente “[...] nos centros de maior progresso econômico, confere-lhe o caráter de doença social de suma gravidade” (Kubitschek, 1960b, p. 180). Para combatê-lo, investia no diagnóstico precoce para que houvesse maior sucesso no tratamento.

Além de pensar em tratamentos médicos e construção de infraestrutura sanitária, Juscelino tinha uma especial atenção e respeito para um determinado profissional da saúde: o médico. O presidente situava o médico como integrante das “[...] forças sociais, que elaboram o progresso do país, a sua personalidade respeitável, a sua ciência humanitária, a glória discreta que lhe dá o êxito sem publicidade de suas batalhas de todos os dias, pela saúde do povo e pela recuperação das criaturas” (Kubitschek, 1958b, p. 221–222).

Enfim, o médico podia ser visto como um indutor do progresso, pois era detentor de um conhecimento e de uma técnica que, sendo adequadamente utilizados, poderiam auxiliar na melhora das condições de vida da população. Ao analisar as obras de Juscelino, observa-se que não era apenas o médico altamente valorizado pelo presidente. O professor, o cientista e o técnico também eram entendidos como atores indutores do progresso e, para entrar nesse assunto, inicia-se a exposição do tema do progresso educacional.

O progresso educacional

No ano de 1956, o educador Anísio Teixeira reuniu uma série de trabalhos, resultado de pesquisas e palestras, no livro *A educação e a crise brasileira*. Ao introduzir a obra, Anísio faz uma análise da crise existente na educação brasileira e apresenta algumas transformações que eram necessárias para que as instituições educacionais pudessem auxiliar com mais eficiência na formação e qualificação dos profissionais que estavam sendo demandados pelo processo de industrialização nacional. Anísio não poupava críticas e afirmava que uma das

[...] consequências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados (Teixeira, 2005, p. 52).

Neste mesmo contexto em que Anísio Teixeira realizava essas críticas, Juscelino dizia que somente “[...] educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil” (Kubitschek, 1956, p. 196). Afirmações como estas estavam fundamentadas no conhecimento das limitações do sistema educacional brasileiro em fornecer técnicos com as habilidades necessárias para gerir o

complexo processo produtivo criado na segunda revolução industrial. Esta constatação também era evidenciada, em 1959, por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni no artigo *As exigências educacionais do processo de industrialização*. Neste trabalho, os autores argumentavam que “[...] um dos mais sérios problemas resultantes do crescimento industrial rápido, e que está exigindo medidas racionais e práticas para a sua solução, é o da inadequação do sistema educacional à nova ordem econômica e social emergente” (Cardoso; Ianni, 1959, p. 142). Antes mesmo de os sociólogos acima citados terem escrito o artigo sobre a relação entre a educação e a industrialização, Juscelino já mostrava conhecer a situação a ser transformada e afirmava que seria impossível o

[...] progresso científico sem desfechar um ataque simultâneo aos vários fatores que presentemente lhe impedem o florescimento. Dentre estes, sobressaem as dificuldades com que lutam as nossas universidades para se constituírem, efetivamente, em centros de formação de técnicos e pesquisadores, aptos a enriquecer o acervo da ciência. Inspiradas em modelos europeus do século passado, padecem dos vícios de uma estrutura arcaica, que não lhes permite acompanhar os progressos de ensino e da pesquisa. A superação dessa deficiência compete, principalmente, às próprias universidades, no exercício da autonomia de que gozam (Kubitschek, 1958c, p. 258).

A crítica à universidade que se espelhava na Europa do século XIX era recorrente à época, pois este modelo não preparava os técnicos necessários para a indústria e também não era entendido como democrático. Por isso, ao discorrer sobre a lei que tramitava no Congresso para reformar o ensino no Brasil, Juscelino esperava aumentar o nível educacional no país e, conseqüentemente, alcançar “[...] em tempo previsível, [...] a escolarização completa que virá assegurar à nossa democracia representativa uma base autêntica e, paralelamente, ampliar os quadros técnicos, científicos e intelectuais, indispensáveis ao progresso do País” (Kubitschek, 1960b, p. 140).

A carência de quadros técnicos que eram necessários para o progresso do país era observada sistematicamente por Juscelino, por isso, em seu discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, em 1958, declarou que havia no Brasil um “[...] déficit de engenheiros, no momento em que o progresso da ciência exige um número crescente de técnicos: por isto, além de profissionais, deveis preparar-vos para mestres. Caber-vos-á moldar os quadros do futuro, fazer escola, criar uma mentalidade” (Kubitschek, 1959, p. 129).

No artigo de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, observa-se quantitativamente que o número e a qualidade de profissionais formados no Brasil, em meados

da década de 1950, não auxiliavam eficientemente o esforço de industrialização nacional. Entre os graduandos de 1957, 27,30% formaram-se em direito, 18,45% em filosofia e 13,10% em medicina e saúde pública. Somados os números de graduandos dos três cursos que mais formavam quadros no país, tem-se mais de 58% do esforço do ensino superior brasileiro voltado para a formação de quadros que não auxiliavam diretamente no esforço de industrialização. Além disso, ao analisar os 10,65% dos formandos em engenharia, argumentavam Cardoso e Ianni que eram quadros formados principalmente em áreas que não estavam voltadas para o esforço da industrialização, como era o caso da engenharia civil, possuidora de 55% das matrículas nos cursos de engenharia no ano de 1957 (Cardoso; Ianni, 1959, p. 162).

Além de buscar formar engenheiros e técnicos qualificados para o esforço de transformação da sociedade brasileira, Juscelino possuía objetivos mais amplos com o ensino superior. Para o presidente, as

[...] universidades, coroamento do ensino, constituem a segurança de formação dos quadros das elites dirigentes, para a supervisão cultural e técnica do progresso do País. São as forças vivas empenhadas no desenvolvimento da cultura, imprescindível às realizações construtivas. Da prosperidade das nossas instituições de ensino superior e especializado decorrerá a própria civilização espiritual da Pátria (Kubitschek, 1956, p. 201).

Após a leitura do excerto acima, percebe-se que a criação de quadros técnicos era apenas uma parte dos objetivos de Juscelino. Na verdade, ele buscava a formação de uma elite nacional dirigente do progresso do país. Mas, também pode ser adicionado à sua argumentação a ideia de que “[...] não há destino glorioso com os simples efeitos do progresso material, com a pura realização de obras de engenharia e outras que tais” (Kubitschek, 1958b, p. 63–64), pois, para criar um país poderoso, seria necessária a “[...] participação de suas elites na problemática nacional; o que promove a verdadeira expansão e o crescimento continuado das nações é o esforço do Estado aliado ao que se elabora, ao que se processa nas universidades” (Kubitschek, 1958b, p. 63–64).

Juscelino se movia na tensão existente entre a formação básica e a de especialistas. A primeira integraria os brasileiros na civilização moderna. Já a segunda prepararia os quadros bem qualificados que se encontravam em falta no país (Kubitschek, 1958c, p. 20). Assim, por um lado, o presidente observava “[...] o aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional” (Kubitschek, 1959, p. 156). Por outro, argumentava que “[...] o futuro do Brasil, por depender da técnica e das conquistas científicas, repousa na

estabilidade, na eficiência e na modernização de sua estrutura universitária [...]” (Kubitschek, 1959, p. 24). Consequentemente, investia fortemente no financiamento de bolsas de estudo, instrumento que era entendido como muito “[...] recomendável num país em extraordinário surto de progresso, que empregava trinta e cinco milhões de cruzeiros em 1955, e teve essa verba aumentada dezoito vezes em 1959, quando se utilizaram, para o mesmo fim, seiscentos e trinta milhões (Kubitschek, 1961, p. 81).

Ao observar o tema da reforma educacional brasileira através da perspectiva de Juscelino, compreendem-se as razões que o levavam a relacionar os diplomas emitidos pelas universidades com as obras inauguradas por todo o território nacional.

Entrego-vos hoje estes diplomas com o mesmo entusiasmo que ponho ao inaugurar os marcos de progresso que estamos semeando cada dia no mapa do Brasil, nas grandes obras de desenvolvimento iniciadas em meu Governo: as novas usinas e as novas barragens, os poços de petróleo e as indústrias pesadas, as refinarias e os hospitais, as estradas, as escolas e os centros de pesquisas (Kubitschek, 1959, p. 457).

Juscelino fazia tais afirmações fundamentado em seu ideal cristão, orientado pela preocupação de Dom Bosco com as necessidades educacionais surgidas com a revolução industrial. Argumentava que havia a possibilidade de melhorar as condições de vida através “[...] do progresso técnico, dias em que não haja mais no Brasil crianças ao desamparo e em seu seio, jovens que provenham de famílias pobres ou de famílias abastadas recebam todos educação condigna, como sonhava o grande vidente do mundo moderno” (Kubitschek, 1961, p. 302–303).

Enfim, além de se preocupar com a formação de capital financeiro e capital físico, Juscelino não deixava de salientar a importância do capital humano, pois aqueles dois primeiros capitais não “[...] se traduzem em eficiência e progresso sem a formação do capital humano, mediante o treinamento de cientistas, economistas, técnicos e operários capazes de proporcionarem melhor rendimento dos recursos existentes” (Kubitschek, 1958a, p. 244–245). Ao continuar sua argumentação, dizia que esta era uma “[...] tarefa penosa e lenta, que não permite milagres. Educação e treinamento são ao mesmo tempo o menos espetacular e o fundamental investimento de uma nação que deseja desenvolver-se” (Kubitschek, 1958a, p. 244–245).

Após apresentar a relação existente entre a educação e o progresso de acordo com os pronunciamentos de Juscelino, procuraram-se informações acerca da relevância da política

educacional para que fosse edificada uma sociedade industrial de consumo em massa no Brasil, tarefa que não seria fácil de ser alcançada, de acordo com as reflexões de Anísio Teixeira, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Afinal, o sistema educacional brasileiro possuía dimensões limitadas e ainda era pouco qualificado para auxiliar na realização da tarefa da industrialização.

Abaixo, apresenta-se um excerto cujo conteúdo é a síntese da visão de Juscelino sobre a potencialidade da ciência como indutora do progresso. Para o presidente, as descobertas que

[...] vieram assinalar o ano de 1957, no campo da ciência, não podiam deixar de ter extraordinária repercussão nos sistemas de ensino e pesquisa, em todos os países que aspirem a acompanhar o progresso do nosso tempo e dele colher os benefícios. Da atividade científica e tecnológica decorre hoje o domínio dos fatores que determinam o progresso material e, sob certos aspectos, o bem-estar social das coletividades. Como Nação modelada ao influxo de ideias cristãs, entendemos que o progresso técnico deve impregnar-se de valores morais e espirituais, e que padecerá de debilidade congênita o seu portentoso arcabouço, se se perderem de vista exigências que, no homem, se mostram tão imperativas quando as que dizem respeito à sua subsistência e segurança. Um progresso técnico que preserve a fisionomia espiritual da Nação e lhe permita projetar-se, no mundo, como uma das mais esplêndidas conquistas da civilização latina e cristã - eis o ideal que hoje polariza os anseios de todos os brasileiros. Mas cumpre não perder de vista que o desenvolvimento superior das ciências é, a um só tempo, força propulsora e produto do progresso econômico. Foram as aplicações tecnológicas de princípios científicos que permitiram que se criassem as formas de atividade produtivas que caracterizam a industrialização. Entretanto, é o domínio destas formas de produção que propicia recursos e ambiente ao cultivo da ciência. Verificou-se esse fenômeno na maioria dos países altamente industrializados. Para os que ainda não se desenvolveram plenamente, outro é o caminho. Não podemos esperar que, do progresso material conquistado pela simples transplantação de processos tecnológicos desenvolvidos alhures, resulte o desenvolvimento da ciência brasileira. Esse processo, por demais moroso, viria colocar o País, ainda por longos anos, em perigosa dependência cultural. Assim como a industrialização do Brasil se ativa em virtude de uma intervenção racional no processo econômico, integrada no programa governamental de metas, ao desenvolvimento cultural e científico se deverá aplicar o mesmo estímulo enérgico e lúcido (Kubitschek, 1958c, p. 256).

Após ser evidenciada esta enfática defesa da necessidade de intervenção racional do Estado nos processos de industrialização e de desenvolvimento cultural e científico, passa-se para a apresentação da argumentação em torno da necessidade do progresso técnico-científico por parte de Juscelino.

O progresso técnico-científico

Juscelino buscava transformar não apenas a infraestrutura econômica, mas também o homem que realizaria as atividades nesta infraestrutura transformada. Para tanto, seria necessário muito investimento em ciência e tecnologia no Brasil. O presidente era um vigoroso defensor do avanço do conhecimento técnico, por isso, fazia questão de participar de reuniões científicas não apenas como governador, mas também como médico. Na obra *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, Ana Maria Fernandes relata que uma novidade da terceira reunião ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 1951, foi a participação de Juscelino, então governador de Minas Gerais, em um dos simpósios do evento (Fernandes, 1990, p. 53).

Enquanto presidente da república, Juscelino afirmava que em “[...] todos os ramos da atividade humana, *qualquer progresso se subordina ao conhecimento da técnica*, que domina o mundo na paz e guerra, pois o poderio militar, tão intimamente ligado à capacidade industrial moderna, também é decorrência da técnica” (Kubitschek, 1960a, p. 209–210, grifo nosso). Entretanto, ao observar a realidade nacional em perspectiva histórica, o presidente percebia que não “[...] procurava o Estado atender as necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País” (Kubitschek, 1960b, p. 152). Juscelino estava fazendo menção aos centros de educação completar e aos pavilhões de artes industriais que foram instalados após 1957 pelo país. Com tais investimentos, esperava-se “[...] criar [...] condições para elevar o nível dos conhecimentos na esfera da produção e intensificar o ritmo do nosso progresso econômico” (Kubitschek, 1960b, p. 152).

Através destas iniciativas, Juscelino buscava formar uma “[...] nova estirpe de trabalhadores intelectuais, capaz de resolver, pela inteligência e pela cultura, os imensos problemas que o Brasil ainda tem pela frente, dentro dos instrumentos da técnica e do progresso científico” (Kubitschek, 1959, p. 23). Por isso, era tão necessária e enfatizada a diversificação dos quadros formados e a formação de um maior número de cientistas. De acordo com o presidente, a experiência dos países desenvolvidos poderia ensinar que “[...] o progresso industrial corre no mesmo ritmo que o crescimento e a diversificação dos quadros técnicos. O ascenso da proporção de engenheiros foi em alguns deles de 800 para 3.000 por milhão de habitantes, nos últimos 50 anos” (Kubitschek, 1957, p. 432).

Como se pode perceber, fazia parte do repertório argumentativo de Juscelino comparar o Brasil com os países já desenvolvidos. Era uma comparação precisa, pois o

presidente não queria que o progresso do Brasil demorasse tanto quanto demorou nos países desenvolvidos. Consequentemente, argumentava que a “[...] potencialidade de progresso de um País afere-se, hoje, sobretudo pelo número de técnicos e cientistas de que possa dispor, especialmente se, encontrando-se em fase de desenvolvimento, não quiser repetir o lento caminho palmilhado pelas velhas Nações” (Kubitschek, 1958c, p. 21). Diante desta argumentação, tornava-se óbvia a defesa do financiamento de institutos de pesquisa.

Despendeu a COSUPI, no biênio 1958/59, mais de 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração e professores e técnicos de alto nível, pesquisadores, bolsistas e estagiários de tempo integral. Puderam, assim, instalar-se e funcionar os seguintes institutos: de Eletrônica e de Mecânica, em Belo Horizonte; de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; de Matemática e de Física, no Rio Grande do Sul; de Mecânica e de Mecânica Agrícola, em Curitiba; de Genética, em Piracicaba; de Economia Rural, no Estado do Rio; de Química e Ciências Sociais, no Distrito Federal; de Química, em Salvador; de Geologia, em Recife; e de Tecnologia Rural, em Fortaleza. É desnecessário encarecer a extraordinária importância desses institutos para o progresso científico e técnico do Brasil (Kubitschek, 1960b, p. 166).

Uma contribuição destes institutos de pesquisa para a ciência mundial era evidenciada através das criações do Instituto Técnico Aeroespacial que, ao formar “[...] engenheiros da mais alta capacidade, desenvolvendo pesquisas que colocam o Brasil na primeira linha da competição universal da técnica, dispõe-se a apresentar dentro em breve mais uma grande contribuição brasileira ao progresso da humanidade [...]” (Kubitschek, 1958a, p. 310). Neste exemplo, Juscelino se referia a uma aeronave que possuía simultaneamente as características de helicóptero e de avião.

A nova capital do Brasil não poderia estar fora desse esforço de formação de quadros qualificados para realizar o esforço de desenvolvimento nacional. Por isso, Brasília seria dotada “[...] de uma grande universidade, pois só uma universidade é capaz de reunir um corpo qualificado de especialistas em todos os campos do saber, apto a aumentar o desenvolvimento de um país moderno e incrementar o progresso técnico e científico” (Kubitschek, 1961, p. 303).

Continuando a abordar o tema da universidade que seria construída na nova capital, é útil apresentar neste artigo o conteúdo da obra *Universidade de Brasília*, organizada por Darcy Ribeiro em 1962. Neste livro foram publicados o projeto de organização da universidade e os pronunciamentos de educadores e cientistas sobre a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizava a instituição da Fundação Universidade de Brasília. As afirmações de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Celso Furtado, presentes nesta publicação, auxiliam a

contextualizar a relevância que o saber técnico e científico ganhava na sociedade brasileira à época.

Darcy Ribeiro iniciava com a afirmação de que, no Brasil, não tínhamos “[...] uma verdadeira tradição universitária a defender e preservar” (Ribeiro, 1962, p. 3). A crítica se dirigia à estrutura, que apenas havia instituído a primeira universidade em 1920 e, além disso, possuía por característica o isolamento entre as partes e o acanhamento intelectual. Darcy argumentava que diante destas condições “[...] só uma universidade nova, inteiramente planejada, poderá estruturar-se em bases mais flexíveis e abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior” (Ribeiro, 1962, p. 5).

Darcy Ribeiro apostava na possibilidade aberta pela construção de Brasília para a criação de uma universidade diferente das antigas universidades brasileiras. De acordo com sua análise, as instituições de ensino superior alemãs, americanas, inglesas e russas haviam renovado seus cursos com a integração da ciência moderna e da tecnologia, caminho que deveria ser seguido pelo Brasil, onde ainda eram formados cientistas e tecnólogos no ensino e cultivo da tradição clássica (Ribeiro, 1962, p. 5–6).

Quando se observam as funções que Darcy Ribeiro estabelecia para a nova universidade, percebe-se que a nova capital e o surto de industrialização que ocorria no Brasil auxiliavam na criação da nova instituição. De acordo com o autor, as funções da Universidade de Brasília seriam:

- Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.
- Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.
- Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, pela criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.
- Assegurar à Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.
- Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.
- Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.
- Dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo (Ribeiro, 1962, p. 8–9).

Sem dúvida, Darcy Ribeiro havia criado um projeto arrojado para a universidade da nova capital do Brasil. Por isso, ao se posicionar sobre a criação da nova instituição, o sociólogo Florestan Fernandes afirmava que

[...] releva notar é que estamos diante de um esforço autenticamente inovador. A estrutura e as funções da Universidade foram pensadas com vistas para o mundo moderno - as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial. Muitas dessas questões não se impõem, literalmente, a partir das exigências da situação histórico-social brasileira. Elas decorrem, porém, do sentido do processo civilizatório pelo qual está passando ou irá passar no futuro próximo, inevitavelmente, a sociedade brasileira. Temos escamoteado demais a ligação íntima do desenvolvimento econômico-social com o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia. O presente trabalho do professor Darcy Ribeiro tem o elevado mérito de propor tais questões pragmaticamente, procurando associar a solução de nossos problemas universitários às exigências dinâmicas do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. O retrato que nos traça da futura Universidade de Brasília está projetado sobre essa complexa realidade, que é o estado presente e a condição futura da civilização ocidental na terra. Os homens cultos e de boa vontade não poderão negar-lhe sua simpatia e colaboração, pois estão em jogo interesses e valores fundamentais para o bom funcionamento de Brasília, como capital do país, seja para a revisão e aperfeiçoamento dos padrões de trabalho intelectual, que temos explorado ao longo de nossa curta experiência universitária (Fernandes apud Ribeiro, 1962, p. 53-54).

Além do elogio de Florestan Fernandes, pareceu pertinente apresentar o apoio de Celso Furtado à criação da Universidade de Brasília, que em sua opinião “[...] constitui uma grande oportunidade de tentar reorientar todo o sistema universitário brasileiro” (Furtado apud Ribeiro, 1962, p. 70). Tal reorientação, ao ser exemplificada através das limitações dos cursos de economia, deveria ser realizada por intermédio da investigação da singularidade nacional que não era apreendida nos modelos criados nas universidades estrangeiras. Argumentava Furtado sobre o caso da inflação, pois, para este autor,

O modelo básico para explicar a inflação, usado nos grandes centros universitários europeus e norte-americanos, de nenhuma maneira inclui uma série de elementos que são específicos da realidade brasileira. Isso nos obriga a fazer um esforço para criar um modelo mais complexo, como temos dito, um modelo que inclua os aspectos estruturais do processo inflacionário ou a inflexibilidade das estruturas subdesenvolvidas e que criam pressões inflacionárias. É uma tentativa, na verdade, para criar um modelo maior, pois se aplicarmos, por exemplo, o modelo simplista que o Fundo Monetário Internacional elaborou e usa como ciência definitiva da realidade brasileira, nós então simplificamos de tal maneira nossa realidade que somos levados a formular uma política econômica que na verdade pode conduzir a resultados opostos àqueles que nós almejamos (Furtado apud Ribeiro, 1962, p. 72).

Neste excerto, Celso Furtado deixava claro que as regiões subdesenvolvidas necessitavam de uma teoria diferente daquelas que eram criadas nas universidades europeias e americanas. Tal teoria poderia ser criada em instituições de ensino como a nova Universidade

de Brasília, daí o entusiasmo dos educadores e cientistas que, assim como Furtado, buscavam a superação do subdesenvolvimento.

Com as observações apresentadas acima, verifica-se como o programa de governo de Juscelino orientava a transformação das instituições de ciência e tecnologia do Brasil. Argumentava o presidente que o “[...] programa de desenvolvimento, consubstanciado nas metas que me propus realizar, se assenta primordialmente em grandes obras de engenharia, que estão a pedir a vossa cooperação e o vosso entusiasmo” (Kubitschek, 1959, p. 500). Além disso, e para concluir esta seção, apresenta-se também o argumento de que a realização de pesquisas em institutos nacionais auxiliava não só no progresso, mas também na emancipação de recursos e conhecimentos técnicos externos (Kubitschek, 1959, p. 25). Na próxima seção será iniciada a apresentação da compreensão e das necessidades do progresso econômico de acordo com Juscelino.

O progresso econômico

Em sua abordagem sobre o progresso econômico do Brasil, Juscelino fazia questão de apontar para as suas origens na cultura do café e para as necessidades de continuação deste fenômeno para que ocorresse a superação do subdesenvolvimento. Entretanto, também realizava críticas aos limitados recursos externos que recebia para o Programa de Metas.

Em janeiro de 1958, ao discursar na cerimônia de instalação da *Conferência Internacional do Café*, Juscelino argumentava que, no Brasil, foi “[...] o café o elemento desencadeador do grande progresso de nossas regiões meridionais, onde a terra roxa, que alimentava as florestas tropicais deu o húmus e os elementos minerais indispensáveis ao seu florescimento” (Kubitschek, 1959, p. 50–51). Entretanto, como já havia afirmado o economista argentino Raúl Prebisch no artigo *El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas*⁵, as economias orientadas apenas para a exportação de matérias-primas possuíam um limite à apropriação dos frutos do progresso técnico. Tal limite

⁵ Cf. Prebisch (1998) – artigo originalmente publicado no ano de 1949.

caracterizava o subdesenvolvimento, como Celso Furtado⁶ viria a mostrar no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Sobre este tema, Juscelino argumentava que a análise retrospectiva

[...] do comércio entre os países industriais e os de economia colonial tampouco nos autoriza a contar com o comércio exterior como única fonte de financiamento do nosso programa de desenvolvimento. Por um lado, as flutuações de preços dos produtos primários no mercado internacional são de tal ordem que se torna impossível basear na receita oriunda da sua venda um programa de desenvolvimento a longo prazo. Por outro, as condições do intercâmbio entre as potências industriais e os países não desenvolvidos tornam-se progressivamente desfavoráveis aos segundos, exigindo a exportação de uma quantidade sempre crescente de produtos primários para a aquisição da mesma quantidade de produtos manufaturados. De tudo isso, ressalta a necessidade urgente e imperiosa de romper este círculo vicioso em que a pobreza gera o subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento perpetua a pobreza. Para tanto se impõe a adoção de fortes e enérgicos corretivos, que, pela natureza mesma da situação que acabo de descrever, têm de transcender a órbita nacional, projetando-se no campo da cooperação entre as nações. Este objetivo, porém, só será atingido após a solução de uns quantos problemas básicos, que representam, de algum modo, as premissas fundamentais de qualquer progresso econômico (Kubitschek, 1959, p. 419–420).

Para Juscelino, o subdesenvolvimento não era um problema apenas brasileiro, mas sim, um problema pan-americano. Por isso, para ele, deveria “[...] preocupar igualmente a todos os povos do Hemisfério, [...]. É imperativo que os nossos povos e as nossas nacionalidades passem a ver no Pan-Americanismo uma força política de progresso econômico e social e não apenas um artifício jurídico [...]” (Kubitschek, 1959, p. 385).

Para superar o subdesenvolvimento, portanto, era necessário o planejamento. Logo, Juscelino deixava sempre claro que eram “[...] ingentes os esforços que temos realizado para acelerar o progresso econômico do país. Todos conhecem a essência do plano de ação do governo” (Kubitschek, 1958b, p. 164). Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956, o presidente argumentava que o

[...] Governo, cujo objetivo fundamental é promover, no ritmo mais rápido possível e sem diminuição no nível presente do bem-estar geral, o progresso econômico do País, está ultimando a elaboração de um plano sistemático de medidas para serem imediatamente postas em prática e que permitirão, ainda no ano em curso, um combate eficiente às dificuldades da presente conjuntura (Kubitschek, 1956, p. 225).

Para que estes objetivos fossem alcançados, eram necessários, por um lado, a “[...] paz política, [...], bem como o espírito de concórdia reinante entre as classes que mais imediatamente respondem pelo progresso e bem-estar do País, permitiram ao Governo

⁶ Cf. Furtado (1961).

desenvolver com firmeza e intensidade o seu programa econômico” (Kubitschek, 1958c, p. 11).
Por outro lado, era necessária a segurança nacional, pois no

[...] quadro brasileiro, a segurança nacional condiciona todo o programa de ação que, apesar dos mais variados obstáculos, das mais ingentes dificuldades, estou levando adiante no campo econômico, graças a tal associação; esse programa se reveste de uma generalizada unidade, possui organicidade, alicerces sólidos e, mais do que tudo, autenticidade. Tem condições próprias de vida própria e realizar-se-á porque sua concepção obedeceu a um estudo complexo no qual *o conceito de segurança nacional forneceu o sistema de coordenadas, os limites, a direção e a aceleração dos elementos vetoriais representativos do progresso econômico* (Kubitschek, 1959a, p. 141, grifo nosso).

Contando com os instrumentos do planejamento, com a paz social e com a orientação dada pelo conceito de segurança nacional Juscelino almejava alcançar o progresso econômico. Em sua argumentação, o planejamento era uma palavra-chave e suas consequências beneficiariam todas as esferas da sociedade, pois através dele viria o desenvolvimento. Assim, argumentava o presidente que o outro “[...] aspecto útil do planejamento econômico é preparar-nos melhor para combater a inflação, sem sacrificar nossas oportunidades de progresso” (Kubitschek, 1958a, p. 247).

De acordo com Juscelino, como já se destacou, outra necessidade existente para que ocorresse o progresso econômico era o influxo de capitais para a economia brasileira. Ciente desta necessidade de financiamento, em janeiro de 1959, o presidente realizou a oração de paraninfo da turma de diplomatas egressos do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Nesta ocasião, deixou claro o que esperava dos mais novos integrantes do ministério.

Meus jovens amigos! Ao assumirdes vossas funções vindes encontrar o Brasil empenhado num esforço diuturno para atingir sua emancipação econômica. Todas as energias da coletividade devem ser mobilizadas para a realização desse objetivo, cuja prioridade é absoluta. Não vos é, por certo, desconhecido o grau de interdependência dos Estados no mundo moderno. A aceleração do progresso econômico das Nações que, como a nossa, emergem do estágio do subdesenvolvimento, depende, em grande parte, da cooperação internacional [...]. Assim sendo, reveste-se da maior relevância o papel que incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, pois de sua ação avisada e dinâmica dependerá precipuamente o êxito de nossos empreendimentos (Kubitschek, 1960a, p. 24).

Todavia, os esforços realizados para atrair uma maior quantidade de financiamento externo para efetivar o Programa de Metas não foram satisfatórios, conseqüentemente, houve emissão monetária e inflação. Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1960, a última que Juscelino fez, percebe-se a opinião do presidente de que o potencial da economia brasileira

havia sido subvalorizado. Entretanto, a despeito destas intercorrências, o presidente comemorava dizendo que a sociedade brasileira podia

[...] proclamar que, mesmo assim, o Brasil está galhardamente vencendo tropeços e alcançando, com celeridade, um estágio mais alto de progresso, ao mesmo tempo que amplia a indústria de bens de produção, num passo decisivo para aumentar a margem de autonomia em nosso crescimento (Kubitschek, 1960b, p. 51).

Ampliação da indústria de bens de produção e aumento da autonomia da economia brasileira. Este era um dos principais fins da industrialização: fomentar as condições para a criação de riqueza no Brasil ao invés de apenas importá-la com as divisas advindas de produtos primários. Com este elucidativo excerto de Juscelino, conclui-se esta seção para iniciar a próxima, que versará sobre o progresso industrial.

O progresso industrial

Sem dúvida, o progresso industrial era a meta mais almejada de Juscelino, pois este progresso era a consequência e a causa de muitos outros progressos. Em 1960, Heitor Ferreira Lima, no artigo *Um quinquênio de expansão industrial*, apresentava os resultados alcançados no progresso industrial e, após analisá-los, argumentava que a sociedade brasileira estava “[...] transpondo a linha divisória de país subdesenvolvido para atingirmos uma categoria mais elevada, que nos levará a emparelhar-nos dentro de pouco tempo aos tipos de países adiantados do ponto de vista capitalista” (Lima, 1960, p. 23–24).

A análise realizada feita por Heitor Ferreira Lima apresentava a missão que Juscelino tomava para si, pois o presidente entendia que a responsabilidade de sua geração era a de superar o subdesenvolvimento e seus reflexos culturais no Brasil. Para tanto, via no “[...] progresso industrial poderosa determinante da renovação [...]; mas esta só logrará realizar-se, à medida que se assegurem ao povo brasileiro os instrumentos capazes de fazê-los ingressar na nova etapa de desenvolvimento histórico que nós vamos integrando” (Kubitschek, 1957, p. 420). O presidente também entendia que o progresso da indústria estava relacionado com o bem-estar do trabalhador, por isso, afirmava ter convicção de que “[...] o progresso da indústria carvoeira está intimamente vinculado ao bem-estar do trabalhador, [e] tem o Governo, com os recursos previstos na Lei n. 1.886, procurado ampliar a assistência social nas regiões carboníferas” (Kubitschek, 1957, p. 164).

A indústria editorial também recebeu incentivos de Juscelino. Embora tivesse pequenas dimensões, o seu desenvolvimento era extremamente necessário para que houvesse o progresso educacional e o técnico-científico que se abordou anteriormente. Afirmava o presidente que a “[...] produção de livros e periódicos, em quantidade que a população possa absorver, e com a diversificação que reclama o desenvolvimento equilibrado da cultura nacional, é matéria relevante que exige dos Poderes Públicos a mais zelosa assistência e estímulo” (Kubitschek, 1958c, p. 261). De acordo com Laurence Hallewell, em sua obra *O livro no Brasil*, originalmente publicada em português no ano de 1985, graças “[...] a Kubitschek, a indústria gráfica cresceria 14,3% entre 1950 e 1960, a quinta maior taxa de crescimento entre as indústrias do país” (Hallewell, 2012, p. 585).

Voltando a tratar das mudanças estruturais de maior vulto, à medida que o Programa de Metas alcançava seus objetivos, transformações da infraestrutura ocorriam na sociedade brasileira. Uma das consequências deste processo foi o início de deslocamentos populacionais no território devido aos milhares de quilômetros de estradas que foram asfaltadas. Neste novo cenário que se desenhava no mapa, novos atores ganhavam relevância com a integração das distintas regiões do Brasil. Esta análise, Juscelino realizava com orgulho.

Convém assinalar, igualmente, que a abertura da Belém-Brasília, representando uma escalada de desbravamento, passou a despertar enorme entusiasmo e gerar emulações. Milhares de famílias, que viviam no Nordeste ou nas regiões inóspitas do Amazonas, começaram a deixar seus lares, a fim de se fixarem ao longo da rodovia. Os motoristas de caminhão - esses denodados bandeirantes do século XX, cujo patriotismo ainda não foi suficientemente exaltado - deram início, desde logo, ao intercâmbio de mercadorias entre o Norte e o Centro-Oeste e vice-versa. No rastro dos caminhões, iam surgindo os povoados, os núcleos populacionais, as vilas humildes perdidas na floresta (Kubitschek, 2000, p. 236).

A integração das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste às regiões Sul e Sudeste através da cidade de Brasília e das rodovias que foram pavimentadas durante a execução do Programa de Metas era um motivo de orgulho para Juscelino. Entretanto, o presidente estava ciente de que seriam as “[...] indústrias de base, que decidirão do progresso do Estado e do país, tem sido objeto de nossa constante diligência” (Kubitschek, 2000, p. 119). Por isso, existia uma imensa preocupação com a energia elétrica e com as futuras consequências das obras realizadas durante o seu mandato. Após ter inaugurado a usina de Furnas, Juscelino criou um grupo de trabalho que proporia medidas de desenvolvimento da região, pois a usina poderia proporcionar para “[...] aquela área melhores e mais abundantes meios de transporte, terrestre e fluvial, bem como maior possibilidade de amplo suprimento de energia elétrica, o que constituía excepcional

fator de progresso, a ser racional e oportunamente aproveitado” (Kubitschek, 2000, p. 338–339).

Se por um lado Juscelino se preocupava com a produção de energia elétrica e com o desenvolvimento econômico ao redor das usinas, por outro, afirmava que era para a siderurgia “[...] que no momento temos voltado a atenção com maior cuidado. O progresso de nossa industrialização está a exigir cada vez mais aço, impondo um programa enérgico de ampliação das usinas existentes, assim como a construção de novas siderúrgicas” (Kubitschek, 1958b, p. 167).

A produção de energia elétrica e aço eram essenciais para a realização do processo de industrialização brasileira. Após produzi-las, o caminho rumo ao progresso poderia ser menos tortuoso, e era isso que ocorria à época. Tal fato pode ser evidenciado através dos pronunciamentos de Juscelino sobre o *Correio Aéreo Nacional* e sobre a produção de aviões e automóveis em solo brasileiro. Quando o presidente se referia ao primeiro, argumentava que tal serviço era o

[...] veículo ideal de civilização e de progresso, alcança, sistemática e regularmente, as populações desgarradas do litoral, penetra nas selvas, levando consigo a vigilância e as providências de governo. Os mais distantes municípios, aldeias indígenas, vilas, povoados e pequenas guarnições de fronteira têm no Correio Aéreo Nacional laço de conagração que os incorpora virtualmente, cimentando a unidade do Brasil (Kubitschek, 1958a, p. 311).

Um serviço oferecido pelo governo que unia os diferentes povos do Brasil através do avião. Por isso, Juscelino se via na posição de poder afirmar que a aviação representava “[...] para o Brasil uma condição do seu próprio progresso. E daí a minha convicção de que penetramos na área de suas soluções técnicas por um imperativo de nossa geografia, que haveria de encontrar na navegação aérea a chave de suas vinculações ideais” (Kubitschek, 1958a, p. 309). Através destas afirmações, o presidente argumentava que a transposição dos acidentes geográficos e de longas distâncias “[...] tiveram no avião o instrumento de sua retificação necessária, [...], sem que se diminuísse a base física da nacionalidade, e aproximou os diversos núcleos de nossa civilização [...]” (Kubitschek, 1958a, p. 309).

Já no que se refere à produção de automóveis em território nacional, Juscelino asseverava que a indústria automobilística “[...] que hoje floresce auspiciosamente no Brasil, vem encontrar um campo propício em São Paulo, cujo parque industrial é uma base segura para

os empreendimentos que o progresso de nossa pátria está a exigir. São Paulo uma vez mais é pioneiro” (Kubitschek, 1959, p. 167).

O setor automobilístico foi intensamente estimulado pelo Estado – mesmo sabendo que 90% do capital deste setor era estrangeiro (Lima, 1960, p. 17). Argumentava Juscelino que havia sido os decretos de seu governo que propiciaram o crescimento das “[...] fábricas que produzem peças, fábricas que montam veículos, fábricas que jogam nas ruas das cidades e nos caminhos do interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional” (Kubitschek, 1959, p. 153).

Um exemplo claro desta nova realidade que surgia na sociedade brasileira, para além das tabelas e gráficos, são as cenas do filme *São Paulo, sociedade anônima*, dirigido por Luís Sérgio Person e lançado no ano de 1965. O frenesi que a indústria automobilística causava na cidade de São Paulo e o surgimento de industriais endinheirados devido ao recebimento de crédito do Banco do Brasil foram sutilmente apresentados pelo perspicaz olhar do diretor⁷.

Estes novos industriais eram exaltados por Juscelino, pois, de acordo com a sua análise, eles faziam parte de uma iniciativa privada que não visava apenas o lucro, mas que também auxiliava na tarefa de fazer do Brasil um país grande.

À iniciativa privada deve-se a parte mais considerável do surto de progresso que o nosso país está conhecendo. Uma mentalidade industrial arrojada e nova — que não visa apenas ao lucro — vem-se tornando cada vez mais ousada, mais empreendedora, mais afirmativa, abrindo o caminho que conduzirá a nação brasileira ao que ela deve e vai tornar-se um dia. *A tecnologia, de que ficamos privados durante tanto tempo, começa a ensinar-nos que a nossa pobreza é uma consequência do desconhecimento e falta de preparo* (Kubitschek, 1958a, p. 290, grifo nosso).

A nova realidade, gerada pelo processo de industrialização brasileiro, certamente criava um novo tipo de empresário. Talvez, nestas palavras de Juscelino também estivessem contidas suas apostas e expectativas em relação ao empresariado. Neste discurso, realizado no ano de 1956, no lançamento da pedra fundamental da *Mecânica Pesada S.A.*, o presidente expunha a relação entre o conhecimento instrumental, a tecnologia e a pobreza nacional, cuja superação viria com a industrialização.

⁷ Ainda sobre a produção artística do período, no artigo (Franco e colab., 2017) pode ser observada a forma como Adoniran Barbosa aprendia as faces sedutora e violenta do progresso em suas letras de música.

Para concluir esta seção, apresenta-se o argumento de Heitor Ferreira Lima sobre as transformações que ocorriam no Brasil sob a gestão de Juscelino. Para este autor, a construção de Brasília, a abertura de imensas rodovias e a *Operação Nordeste* eram “[...] as três maiores realizações da [...] época, pela ressonância que terão no futuro imediato da economia nacional” (Lima, 1960, p. 14). Este argumento relaciona-se diretamente com o problema do desequilíbrio e do progresso regional existente no Brasil, tema que será apresentado na próxima seção.

O progresso regional

No que se refere à Operação Pan-americana, que estava relacionada à problemática regional de todo o continente, em 1958, Paulo Motta Lima publicava o artigo *Os pedaços de mau caminho da Operação Schmidt - Kubitschek*. Neste curto texto, o autor expunha as contradições existentes entre as promessas da Operação Pan-americana e da reforma ministerial que o presidente realizava. De forma objetiva, eram apresentadas as contradições entre os entreguistas e os nacionalistas do governo de Juscelino. Apesar de criticar o governo, o autor não deixava de considerar o surto de desenvolvimento econômico que ocorria no Brasil cuja expressão era o crescimento do número das indústrias estatais e privadas. Paulo Motta Lima concluía seu texto com o argumento de que a

[...] Operação Kubitschek demonstra um agravamento da luta entre nacionalistas e entreguistas. Mas o agravamento dessa contradição precisa ser encarado antes de tudo como sinal de vitalidade das forças que representam o progresso. Onde há vida há luta de elementos contraditórios. E se no jogo de compromisso do Sr. Kubitschek vemos que de certo modo o entreguismo e seu negociismo saíram lucrando, convém ao mesmo tempo que não nos impressionemos ante aspectos isolados do quadro (Lima, 1958, p. 47).

Já no que se refere ao problema regional nacional, em 1957, no artigo *Brasília, peça política nacionalista*, J. R. Vasconcelos se perguntava “[...] por que não podemos, hoje, erigir a nossa capital em local recomendado pela segurança e progresso do País?” (Vasconcelos, 1957, p. 177). Tal questionamento era a consequência lógica da argumentação de que capitais de diferentes nações do mundo também haviam sido transferidas para uma nova localização. O autor argumentava, como tantos à época, que a mudança da capital brasileira para Brasília faria com que mais da metade do território nacional fosse conquistado. Por isso, afirmava que um governo não poderia “[...] desconhecer nem negligenciar providências necessárias ao progresso

e à estabilidade de seu povo, qualquer que seja o preço que a Nação tenha de pagar por essas providência" (Vasconcelos, 1957, p. 177).

Além destes artigos publicados à época, que contextualizam como o problema regional era discutido enquanto Juscelino governava, outra evidência da existência da análise deste problema, além da menção que já se fez aos escritos de Celso Furtado quando fora criada a SUDENE, é percebida na obra *A dualidade básica da economia brasileira*, escrita por Ignácio Rangel e publicada em 1957. Após afirmar a existência do convívio entre diferentes formas de produzir a vida no território brasileiro – a contemporaneidade do não coetâneo –, Rangel asseverava que no Brasil um “[...] programa poderá ser correto e oportuno, por exemplo, se reclamar, ao mesmo tempo, o liberalismo e o intervencionismo estatal, em um e outro campo, respectivamente” (Rangel, 2005, p. 304). Rangel apenas afirmava que o Estado deveria conhecer objetivamente os problemas resultantes da heterogeneidade do desenvolvimento regional brasileiro. Somente após este passo, poderia criar políticas para resolvê-los.

O problema do desequilíbrio e da necessidade de progresso regional no Brasil foi largamente tratado por Juscelino. A mudança da capital para o centro-oeste brasileiro seria uma das formas de iniciar o processo de resolução desta situação. O presidente argumentava que o grande

[...] desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível de progresso -, povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear o novo ciclo bandeirante (Kubitschek, 2000, p. 7).

Juntamente com Brasília, chegaria a infraestrutura rodoviária e, se tudo acontecesse de acordo com o planejado, os caminhões, o comércio e o emprego também chegariam nas regiões até então isoladas. Afinal de contas, a desigualdade regional no Brasil era imensa, e Juscelino se perguntava criticamente: “Civilização? Núcleos populacionais? Quistos de densidade demográfica? Todos esses sintomas de progresso existiam, igualmente, e eram constatados ao longo da extensa fita litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros” (Kubitschek, 2000, p. 11).

Devido a esta pequena faixa de progresso localizada na franja litorânea brasileira, Juscelino observava que a Amazônia não podia mais ficar “[...] contrastando com o progresso

que se observa em áreas de menores proporções e mais altas densidades demográficas, e precisa ser definitivamente incorporada à civilização brasileira” (Kubitschek, 1956, p. 514). Por outro lado, também enfatizava que

[...] a verdade é que jamais atingiremos o desejado equilíbrio sem que se multiplique o nosso potencial elétrico, sem que haja vias de comunicação, sem que o interior seja ocupado, as matas desbravadas, os obstáculos removidos, sem que, de fato, este país esteja preparado para marchar harmônica e solidariamente. Não o faremos enquanto se acumularem os progressos em certas e determinadas zonas e persistirem a pobreza, a desolação e o desamparo na maior parte do Brasil (Kubitschek, 1960a, p. 38).

Após ter constatado as evidências dos desequilíbrios existentes no Brasil e ao falar especificamente sobre o Nordeste, o presidente dizia ser necessário adotar uma política de correção dos “[...] desequilíbrios, injustiças e tratamento desigual das Unidades federativas, cujo progresso não tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento característico de determinadas zonas do Centro e do Sul” (Kubitschek, 1956, p. 534). Tal política era entendida como um “[...] fator de integração nacional e instrumento fundamental da prosperidade geral do País” (Kubitschek, 1956, p. 535).

Com esta política de integração nacional em mente, na *Mensagem...* de 1957, Juscelino continuava a pregar que em um “[...] país da extensão do Brasil, onde a riqueza, o progresso e a cultura se expandem em forma tão desigual, é dever da União tratar dos problemas regionais com espírito nacional, de sorte que o nosso desenvolvimento, como um todo, se processe de modo orgânico” (Kubitschek, 1957, p. 33). O presidente continuava a afirmar que a ausência deste sentido nacional desmontaria os pressupostos do regime federativo, logo “[...] a União, em virtude de sua própria formação histórica, tem de chamar a si encargos e responsabilidade [...] no que toca às exigências do desenvolvimento brasileiro, ainda que, aparentemente, reflitam interesses regionais ou locais” (Kubitschek, 1957, p. 33).

Partindo da promessa para a criação de instituições que tratariam de resolver o problema regional, em fevereiro de 1959, foi criado o *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste* (CODENO) “[...] com o objetivo de formular e executar, sistematicamente, os diversos projetos para o progresso econômico e social da área considerada” (Kubitschek, 1960b, p. 120). Além disso, seminários eram realizados para debater o assunto. Em abril de 1959, Juscelino discursava na inauguração do *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*, ocorrido em Garanhuns/PE, ocasião na qual afirmou que naquela cidade havia um esforço para “[...] tornar-se um centro ativo de progresso, a fim de realizar um seminário que congrega

homens de empresa de numerosas regiões do país e autoridades responsáveis pelo planejamento e execução da Operação Nordeste” (Kubitschek, 1960a, p. 140).

Nesta ocasião, Juscelino aproveitava para deixar claro como compreendia o problema regional do Nordeste e suas possíveis soluções. Juntamente com os técnicos e especialistas que estavam presentes no seminário, afirmou o presidente que provariam “[...] *que só há estagnação e subdesenvolvimento onde não foi encontrada uma interpretação exata para as dificuldades e peculiaridades regionais*” (Kubitschek, 1960a, p. 141, grifo nosso).

Juscelino estava preocupado em diminuir os desequilíbrios regionais existentes no Brasil e na leitura de seus textos sempre encontra-se o argumento de que a nova capital seria o foco de “[...] irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafejo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da nação” (Kubitschek, 1959, p. 436).

Enfim, a nova capital foi construída e, assim como Juscelino havia planejado, no dia vinte e um de abril de 1960 foi realizada a cerimônia de inauguração. A despeito daqueles que pensavam que Brasília seria o grande fracasso de um presidente megalomaníaco, Brasília transformou-se na nova capital do país e, com isso, gerou consequências positivas. Na opinião de Juscelino, o

[...] progresso não fora apenas material, adstrito à produção de bens duráveis e de consumo, mas, também, espiritual, vinculado a uma mudança de mentalidade. O brasileiro, antes desanimado, descrente da sua capacidade empreendedora, tornara-se dinâmico, orgulhoso das virtudes de que é dotado, animado de espírito pioneiro que levaria - como acontece até hoje - a disputar com agressividade, no cenário internacional, seu lugar entre as grandes nações do mundo (Kubitschek, 2000, p. 445–446).

Como já se disse, o objetivo de Juscelino era o de reunir as “[...] unidades federativas, aproximá-las, fazê-las participar do progresso geral, em situação de igualdade com os grandes Estados. Não era possível que continuasse a existir um Nordeste que passava fome ao lado de um São Paulo, que era um exemplo de riqueza” (Kubitschek, 2000, p. 128). Para tanto, as rodovias foram o instrumento de reunião destas diferentes partes da federação e a construção de Brasília muito facilitou para que isso ocorresse. Nesta nova conjuntura, Juscelino observava que um

[...] mundo diferente de atividades diversas crispava nas outrora tranquilas cidadezinhas do interior, fazendo-as viver uma era de vertiginoso progresso. Paracatu,

com seus muros de pedra, desde muito em ruína, renascia das próprias cinzas, com seus habitantes já antegozando a prosperidade que lhes traria em breve a Belo Horizonte-Brasília. Ao longo da faixa, já demarcada para a passagem da rodovia, valorizavam-se as terras, plantações surgiam, rebanhos eram separados para a recria (Kubitschek, 2000, p. 182).

Como destacado pelo presidente, por onde passavam as rodovias, surgiam povoados que se dedicavam à lavoura e ao comércio e uma amostra “[...] desse surto de progresso poderia ser verificado na localidade denominada Gurupi, a setecentos quilômetros de Brasília, e que já contava com uma população de 8.000 almas, produzindo, naquele ano, 60.000 sacas de arroz” (Kubitschek, 2000, p. 208).

Quando se referia às consequências da construção da Belém-Brasília, Juscelino dizia que a nova estrada desempenharia o papel de semear o “[...] progresso, já que tinha elevado o sentido econômico. Daria acesso a uma das mais promissoras regiões brasileiras, representada pelo Triângulo Mineiro, sul e sudoeste de Goiás e vasta zona tributária de Mato Grosso [...]” (Kubitschek, 2000, p. 212–213).

Como se pode observar, eram muitos os pronunciamentos de Juscelino sobre as rodovias. O presidente buscava construir uma sociedade fundada na tecnologia da energia, do concreto e do asfalto. Na medida em que o

[...] asfalto avançava, as povoações surgiam do solo como cogumelos. E o fenômeno se repetia, mesmo onde não existia asfalto. A Belém-Brasília, ainda em construção, já era um viveiro de núcleos bandeirantes. Ao longo da Brasília-Belo Horizonte, as cidades mortas, como Paracatu, acordavam do sono secular e abriam os braços ao progresso (Kubitschek, 2000, p. 399).

Internalizar o progresso era o objetivo de Juscelino cuja materialização ocorreu através da transferência da capital para o Centro-oeste, da pavimentação de milhares de quilômetros de estradas e da criação de instituições que tratariam especificamente da dinamização econômica das regiões mais atrasadas. Apesar de os objetivos de Juscelino terem sido apresentados aqui separadamente, eles faziam parte de um todo. E, para que eles fossem alcançados, havia a necessidade de

[...] desencadear forças ou impulsos capazes de acelerar o progresso, e essas forças só poderiam provir dos polos de desenvolvimento, que seriam as siderúrgicas, as centrais elétricas e a extensa rede de estradas, criadoras do indispensável módulo da industrialização. Ao lado dessas providências, porém, teria de forçar uma migração interna, de forma a obter uma melhor distribuição da camada populacional. Em vez de densas concentrações na faixa litorânea, melhor seria que se forçasse um deslocamento das massas para o interior, através de incentivos relacionados com a melhoria dos padrões de vida no Planalto Central (Kubitschek, 2000, p. 82).

Para que todos estes objetivos fossem alcançados, de acordo com o presidente, seria necessário que um ator assumisse o papel de destaque na sociedade brasileira. Era na iniciativa privada que Juscelino apostava como sendo a grande propulsora do progresso nacional, tema que será tratado na próxima seção.

Considerações finais: uma síntese da noção de progresso de Juscelino Kubitschek

A reconstituição da noção de progresso existente nos *Discursos*, nas *Mensagens ao Congresso Nacional* e na autobiografia *Meu caminho para Brasília* de Juscelino Kubitschek mostra que o presidente buscava construir no Brasil uma sociedade de acordo com o padrão de vida resultante das transformações econômicas e sociais decorrentes da II Revolução Industrial. Durante este período, vivia-se uma conjuntura de dilatação dos horizontes de expectativas na sociedade brasileira.

Com a reconstituição dos seis usos da noção de progresso mostrou-se que, as transformações que estavam sendo levadas a cabo no Brasil eram os meios para atingir um certo progresso. Um progresso material construtor de hospitais, escolas, universidades, institutos de pesquisa, usinas hidrelétricas, indústrias e de integração da economia nacional através de estradas. Consequentemente, esperava-se que ocorresse a internalização do alto padrão de vida da civilização Ocidental no Brasil. Por isso, Juscelino apresentava-se como um presidente otimista, sem o ser de maneira isolada já que se encontrava em um contexto histórico em que muitas nações vislumbravam superar o subdesenvolvimento.

À sua época, Juscelino era entendido como sendo possuidor de planos cientificamente orientados e politicamente aceitos – não sem resistência – para a realização de seu plano de desenvolvimento. Entretanto, as expectativas não se manifestaram na realidade da mesma forma que foram criadas e, nos dias de hoje, o período de Juscelino também é entendido como um momento de euforia e ilusão.

Em futuros artigos sobre a pesquisa que deu origem a este texto, espera-se apresentar outras duas características observadas nos *Discursos*, *Mensagens ao Congresso Nacional* e na autobiografia *Meu caminho para Brasília* de Juscelino Kubitschek. Primeiro, a relevância dada pelo presidente ao planejamento que levaria ao desenvolvimento. Segundo, o

destaque que era colocado na iniciativa privada enquanto um ator de alta relevância no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Por fim, ao cotejar a história econômica deste período com os problemas existentes na contemporaneidade, também existe vasto espaço para pesquisa e reflexão sobre as formas de participação do Estado no planejamento da economia e sobre as interpretações dos obstáculos à superação do subdesenvolvimento que foram criadas em diferentes momentos da segunda metade do século XX.

Fontes e Referências

1. Fontes

KUBITSCHEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1956*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958a.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no quarto ano do mandato presidencial, 1959*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960a.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no quinto ano do mandato presidencial, 1960*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no segundo ano do mandato presidencial, 1957*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958b.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no terceiro ano do mandato presidencial, 1958*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959a.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1956*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1957*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1958*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958c.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959b.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960b.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: 50 anos em 5*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1978.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Programa de saúde pública do candidato*. São Paulo: L. Nicollini, 1955a.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Serei digno das minhas responsabilidades. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1955b. , p. 1.

2. Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo. In: ARANTES, P. E. (Org.). *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 27–97.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, v. 26, p. 141–168, 1959.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 77, março, p. 73–89, 2007.

FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPq, 1990.

FRANCO, Thiago Fernandes e colab. As faces sedutora e violenta do “progresso” em Adoniram Barbosa. *Idéias*, v. 8, n. 2, p. 33–56, 2017.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *Revista: História, Ciências, Saúde*, v. 16, p. 313–331, 2009. Disponível em: <<http://150-8.redalyc.org/articulo.oa?id=386138047015>>. Acesso em: 9 out 2017.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305–327.

LAFER, Celso. *JK e o programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LESSA, Carlos Francisco. *Quinze anos de política econômica*. 2ª ed. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Heitor Ferreira. Um quinquênio de expansão industrial. *Revista Brasiliense*, v. 31, p. 3–24, 1960.

LIMA, Paulo Motta. Os pedaços de mau caminho da Operação Schmidt-Kubitschek. *Revista Brasiliense*, v. 18, p. 44–47, 1958.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Presentismo e a crise da modernidade: diagnóstico provisório e primeiras impressões*. , Texto para Discussão., nº 349. Campinas: [s.n.], 2018a.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Presentismo e a crise da modernidade II: fundamentos - Karl Marx*. , Texto para Discussão., nº 350. Campinas: [s.n.], 2018b.

- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Presentismo e crise da modernidade III: Fundamentos - Claude Lévi-Straus.*, Texto para Discussão., nº 353. Campinas: [s.n.], 2019.
- MELLO, João Manuel Cardoso De; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; FACAMP, 2009.
- NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- PINOTTI, Mário. *Vida e morte do brasileiro: (saúde e doença no Brasil)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.
- RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 285–353.
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília, DF: [s.n.], 1962.
- SETEMY, Adrianna. *Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA PRÓ-SANEAMENTO DO BRASIL.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA_PRÓ-SANEAMENTO_DO_BRASIL.pdf)>. Acesso em: 10 out 2017.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas, Revista de historia intelectual*, v. 4, p. 149–191, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- VASCONCELOS, J R. Brasília, peça de política nacionalista. *Revista Brasiliense*, v. 14, p. 171–177, 1957.
- WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, n. 34, p. 117–134, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 fev 2016.